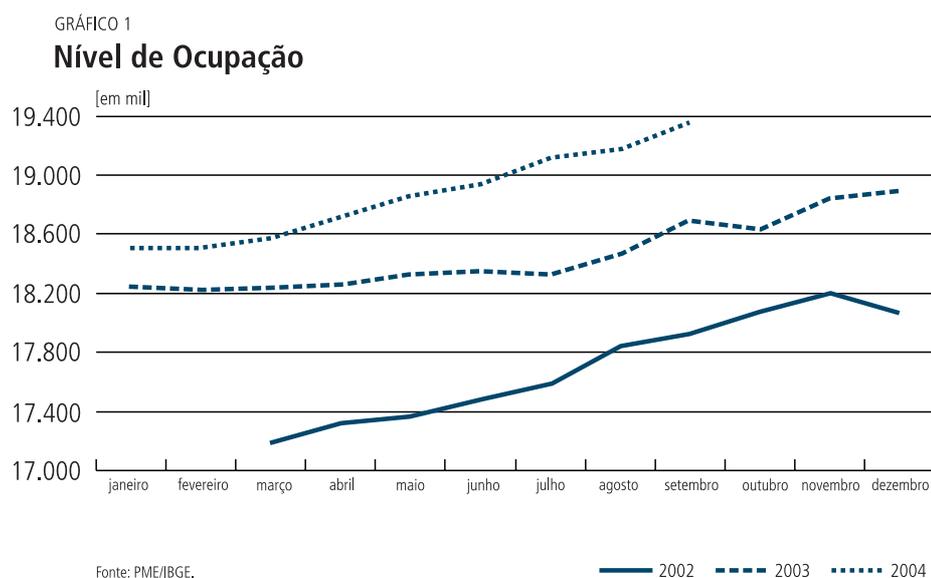


# ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

O desempenho do mercado de trabalho ao longo do terceiro trimestre confirmou, de uma maneira geral, as expectativas que foram expressas no último número deste Boletim: continuidade da evolução positiva do nível de ocupação com ampliação expressiva da quantidade de empregos com carteira assinada, manutenção da tendência de queda da taxa de desemprego, consolidação da trajetória de recuperação dos rendimentos reais e, como consequência, um novo impulso ao aumento da massa salarial.

Em relação ao nível de ocupação, foram mantidas, nos três meses considerados (julho a setembro), as variações positivas que o vem caracterizando desde o final do primeiro trimestre deste ano, conforme pode ser observado no Gráfico 1. Contando o mês de setembro, são já — praticamente — oito meses de crescimento contínuo do número de oportunidades de trabalho.



Além de manter as taxas de variação mês a mês positivas, aumentou o ritmo de absorção da força de trabalho no total das seis regiões metropolitanas pesquisadas, se considerado o comportamento das médias trimestrais nesse período. Essa aceleração do ritmo de criação de postos de trabalho ao longo do ano pode ser observada tanto na comparação de cada trimestre com o imediatamente anterior, quanto na comparação com o verificado nos mesmos trimestres do ano passado, o que a Tabela 1 mostra com clareza.

Em termos regionais, com exceção do Recife, a única região onde a evolução da ocupação ainda mostra sinais de debilidade, todas as regiões apresentam essa aceleração do surgimento de oportunidades de trabalho ao longo de 2004.

TABELA 1

**Varição Trimestral da Ocupação nas Regiões Metropolitanas em 2004**

[em %]

	Total		RE		SA		BH		RJ		SP		PA	
	Trim. Ant.	Trim. 2003												
1º Trim.	-1,4	1,6	-2,4	-1,4	-1,5	0,7	-1,5	3,2	-0,6	0,6	-1,4	2,6	-2,3	0,7
2º Trim.	1,7	2,9	1,4	1,8	0,6	1,4	2,4	3,7	1,7	1,6	1,8	4,2	1,2	1,5
3º Trim.	2,0	3,9	0,7	0,1	4,2	5,7	2,9	5,7	2,1	3,1	1,7	4,4	1,6	2,8

Fonte: PME/IBGE. Elaboração: IPEA/Dimac.

A distribuição setorial desse processo aponta, comparando-se o patamar alcançado em setembro último com o verificado em setembro de 2003, para os setores da indústria (+5,5%) e de outros serviços<sup>1</sup> (+6,2%), além dos serviços domésticos (+11%), como os principais responsáveis pelo desempenho positivo da ocupação este ano, todos bem acima do resultado observado para o total dos setores (3,9%). Serviços prestados às empresas (3,7%) e comércio (2,3%), acompanhando a recuperação do nível da atividade econômica, também apresentam aumentos expressivos, acima da taxa histórica de variação da população economicamente ativa (PEA). Na administração pública e serviços sociais<sup>2</sup> o crescimento foi mais modesto (+1,6%), sendo a construção civil o único setor a apresentar uma diminuição no número de trabalhadores empregados (-3,7%), situação esta que é um reflexo das dificuldades crônicas que o setor vem exibindo há muitos anos.

Ainda no que se refere ao comportamento da ocupação, um aspecto que merece acompanhamento cuidadoso é o que diz respeito às formas de inserção das pessoas no mundo do trabalho. Como é sabido, uma das características do mercado de trabalho brasileiro durante a década de 1990, particularmente o das regiões metropolitanas, foi a acentuada deterioração havida na qualidade dos vínculos, com um crescimento muito grande da participação das formas de inserção precárias: assalariados sem carteira de trabalho assinada e trabalhadores por conta própria.

Uma argumentação muito difundida considera as mudanças promovidas pela Constituição de 1988 a principal explicação desse fenômeno: por um lado essas mudanças teriam produzido uma elevação substancial dos custos associados à contratação formal e, por outro, a universalização do acesso aos serviços públicos de saúde teria eliminado um dos principais incentivos à busca de vínculos formais por parte do trabalhador.

Nesse contexto argumentativo, pouco ou nenhum espaço é dado às transformações técnicas e gerenciais que, ao impulsionarem de forma extraordinária o crescimento da produtividade do trabalho, provocaram uma queda correspondente na relação emprego/produto da economia, particularmente na indústria, setor onde o percentual de formalização é o mais elevado. Também não se considera a instabilidade macroeconômica, uma das principais características de toda a década, e o papel inibidor — no que se refere à contratação — que ela provoca nas estratégias de gerenciamento da mão-de-obra.

1. Alojamento e alimentação, transporte, armazenagem e comunicações, limpeza urbana, atividades associativas, recreativas, culturais e desportivas, serviços pessoais.

2. Educação, saúde e serviços sociais, administração pública, defesa e seguridade social.

Essas observações devem ser levadas em conta na presente conjuntura, quando, a par de já ter passado o grande ciclo de reestruturação produtiva da década passada, existe a possibilidade de se experimentar um crescimento sustentado da economia a taxas razoavelmente elevadas. Numa tal conjuntura, é provável que a resposta do mercado de trabalho aos estímulos advindos do nível de atividade seja muito positiva, não apenas em termos do volume de empregos gerados, mas, também, no que diz respeito à natureza que esses vínculos irão exibir.

Apesar de o mês de setembro ter encerrado o quinto trimestre de crescimento contínuo da economia, talvez seja cedo para se avaliar se tal hipótese vem, ou não, encontrando apoio na evolução recente dos dados de formalização dos vínculos de trabalho, mesmo considerando que eles têm sido muito expressivos, segundo os resultados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME): conforme pode ser observado na Tabela 2, a geração de empregos com carteira encontra-se, este ano, em nítida ascensão e ultrapassa em 30%, no acumulado dos três primeiros trimestres, a soma da variação absoluta do número de empregos sem carteira e de trabalhadores por conta própria.

TABELA 2

### **Varição Absoluta da Ocupação segundo a Natureza dos Vínculos de Trabalho — 2004**

	Com Carteira	Sem Carteira	Conta-Própria
1º Trim.	-47.857	-214.531	39.693
2º Trim.	78.299	212.803	-154.504
3º Trim.	106.474	30.251	191.591
Total	136.916	28.523	76.780

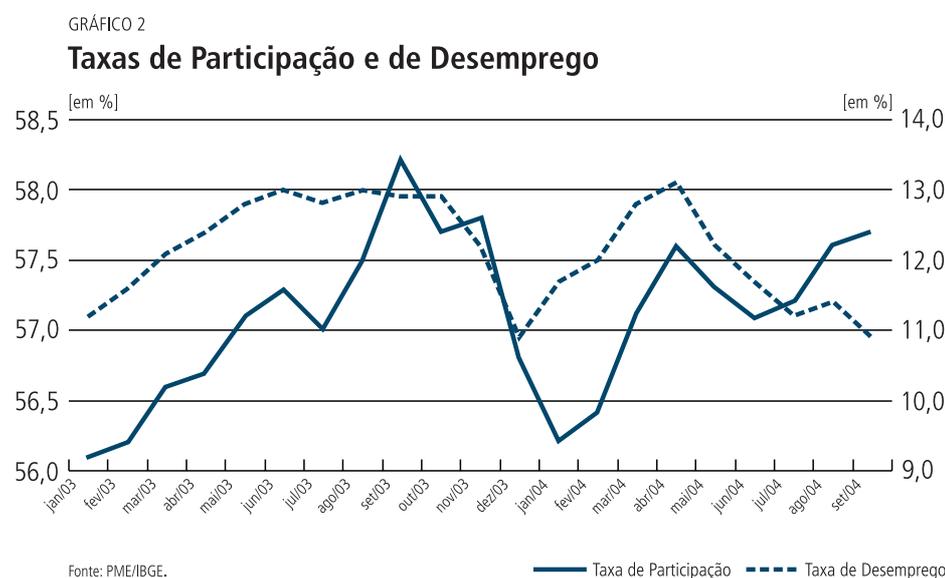
Fonte: PME/IBGE. Elaboração: IPEA/Dimac.

Porém, em termos relativos, considerando-se a comparação dos dados do último mês de setembro com o observado em setembro de 2003, o crescimento dessas duas modalidades de inserção (3,9% e 3,2%, respectivamente) permanece superior à variação do emprego formal (3,0%), ainda que as diferenças entre elas venham se estreitando. Em outras palavras, embora o mercado de trabalho esteja demonstrando uma boa capacidade de geração de empregos formais, não há como afirmar, ainda, que essa modalidade tenderá a predominar na hipótese de o atual ciclo de crescimento da economia se manter por um período mais longo.

No que diz respeito à situação do desemprego, os últimos meses trouxeram uma queda acentuada na taxa de desocupação, que passou de um patamar recorde de 13,1% em abril para 10,9% em setembro, ou seja, uma diminuição de mais de 2 pontos percentuais (p.p.) em cinco meses. Essa queda foi decorrente do vigor com que vem se processando o crescimento do número de ocupados, contando com a contribuição de uma queda da taxa de participação das pessoas no mercado de trabalho entre maio e agosto, numa época do ano em que normalmente ela deveria crescer. Esse comportamento, de certa forma inesperado, pode ter sido resultado da melhoria recente havida na situação de emprego e mesmo dos rendimentos, diminuindo a pressão que, em razão da queda que estes haviam sofrido, vinha sendo exercida sobre o mercado de trabalho por membros secundários das famílias.

Para os próximos meses, devido a suas características sazonais, a expectativa é de que a taxa de participação apresente uma tendência declinante, o que deverá manter em queda a

taxa de desemprego, supondo, é claro, que não haja alterações na atual evolução positiva da ocupação. Em outras palavras, uma eventual reversão da tendência declinante da taxa de participação será episódica, não comprometendo as perspectivas de melhoria progressiva do indicador de desemprego, com a possibilidade de ele encerrar o ano na casa de um dígito.



Depois de alguns meses de crescimento continuado da ocupação, e considerando a queda sustentada da taxa de desemprego, as preocupações voltam-se, além da qualidade dos vínculos de trabalho gerados, como visto, para as possibilidades de recuperação dos rendimentos reais. Esse indicador vem mostrando, segundo a PME, uma clara tendência de recuperação, embora, aqui também, não seja possível afirmar que ele já se encontre em uma trajetória de crescimento consolidado.

O seu patamar atual, extremamente baixo, implica a necessidade de um período longo de melhoria continuada, e os dados recentes não são inequívocos, quando se trata de avaliar a consistência e a solidez dessa recuperação. Seja pelo caráter muito recente da melhoria, seja pelas oscilações que vêm ocorrendo na sua evolução mensal, ou mesmo pelas disparidades existentes entre as regiões e entre as formas de inserção ocupacional dos trabalhadores, cabe aguardar uma razoável seqüência de resultados positivos até que se possa caracterizar como sólida a sua trajetória de recuperação, principalmente se for levada em conta a magnitude dos desafios a serem superados.

A título de ilustração, a Tabela 3 mostra as taxas de variação em 12 meses dos rendimentos médios reais habitualmente recebidos pelos trabalhadores neste ano, segundo as regiões metropolitanas da PME/IBGE.

Como pode ser observado, apenas as regiões do Recife e de Belo Horizonte mantiveram-se o tempo todo, no último trimestre, em um patamar superior ao dos mesmos meses de 2003. Rio de Janeiro continuou em uma situação pior, enquanto Salvador, São Paulo e Porto Alegre têm oscilado, sem que suas trajetórias mostrem um padrão de melhoria definido.

Por outro lado, a quantidade de trabalhadores sub-remunerados, isto é, recebendo, em média, abaixo do salário mínimo/hora, permanece muito elevada. Sendo o critério de classificação de trabalhadores nessa categoria o valor nominal do salário mínimo, o seu número

TABELA 3

### Rendimentos Médios Reais Habitualmente Recebidos — Variações em 12 Meses

[em %]

Meses	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total
Janeiro	-5,0	-11,0	-3,8	-1,8	-9,7	6,0	-6,2
Fevereiro	-12,5	-2,8	-3,3	-6,8	-6,0	0,8	-5,7
Março	-10,7	0,7	-2,2	-1,4	-2,5	0,0	-2,4
Abril	-7,1	4,8	-1,3	1,9	-7,7	1,9	-3,5
Maiο	-11,6	6,3	-0,7	-5,7	0,3	-2,1	-1,4
Junho	-7,9	2,8	-3,0	-4,9	1,5	2,1	-0,5
Julho	0,3	5,0	3,5	-1,5	2,7	5,9	2,0
Agosto	5,3	-3,3	6,2	-5,2	-0,5	0,5	-0,9
Setembro	5,2	1,4	5,4	-0,3	5,7	-0,6	3,2

Fonte: PME/IBGE. Elaboração: IPEA/Dimac.

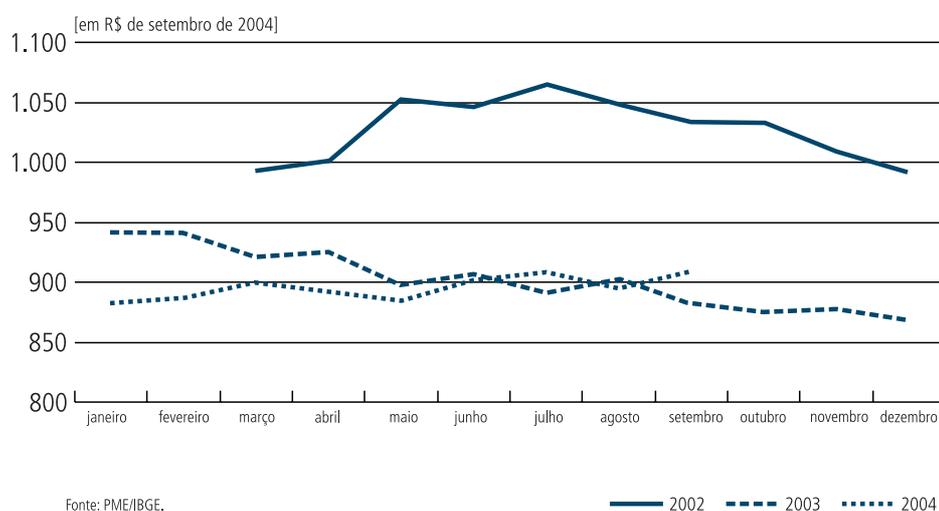
crece abruptamente quando esse valor é reajustado, caindo depois progressivamente, pois a melhoria havida nos rendimentos das pessoas ao longo do tempo vai aos poucos subtraindo muitas delas dessa estatística. Acontece que a redução havida entre o reajuste de abril de 2003 e o deste ano não foi suficiente para levar esse número de volta aos patamares anteriores (mesmo que em termos relativos). Com isso, o número de pessoas nessa condição, em setembro deste ano, é 22,8% maior do que o verificado em setembro do ano passado, um indicador a mais da debilidade atual do mercado de trabalho no que concerne à situação dos rendimentos.

Além disso, como mostra o Gráfico 3, a recuperação dos rendimentos médios reais numa comparação de 12 meses é, em maior medida, fruto da queda acentuada havida ao longo do ano passado, uma vez que a melhoria deste ano ainda é muito tímida.

Mesmo com essas ressalvas, o crescimento de 3,2% havido nos rendimentos médios reais do conjunto dos trabalhadores, comparando setembro deste ano com setembro de

GRÁFICO 3

### Rendimentos Reais Habitualmente Recebidos



2003, segundo a PME, veio dar um poderoso impulso à recuperação da massa de salários, que até então estava dependendo exclusivamente do crescimento do nível de ocupação. Na medida em que esse último atingiu em setembro a expressiva taxa de 3,6%, em relação a 12 meses antes, a massa de salários pôde exibir um aumento de 6,9%, nessa mesma comparação, o que, sem dúvida, terá importantes conseqüências para a dinâmica do crescimento econômico no futuro próximo.